

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato Administrativo n° 131/2019

Processo Administrativo n° 5459/2019

Contratante: Município de Salto

Contratada: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Senac

Objeto: Oficina de fotografia e grafite para atender aos serviços da medida socioeducativa (CREAS) Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Referente: Art. 24, XIII da Lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais)

Vigência: 07 (sete) meses, a partir da assinatura do contrato.

O Município de Salto, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Rua Nove de Julho n° 1.053, Vila Nova, na cidade de Salto/SP, CEP 13.322-900, inscrita no CNPJ (MF) n° 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo **Secretária Interina de Ação Social e Cidadania, Sr. José Carlos Grigoletto**, brasileiro, casado, portador do RG 11.069.180-5 n° e CPF n° 003.010.408-42, ora designado simplesmente como *Contratante* e, de outro lado **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Senac**, sediada à Estrada Municipal (SLT-170), 1245, bairro Buru, CEP: 13.328-330 na cidade de Salto/SP inscrita no CNPJ(MF) n° 03.709.814/0088-49 neste ato representada pela Sr. **João Alexandre Moreira Martinez**, brasileiro, gerente, portador do RG n° 19.855.269-5 e do CPF n° 128.018.388-88, doravante designada simplesmente *Contratada*, tem entre si justo e acordado o presente contrato conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente contrato prestação de serviços de oficina de fotografia e grafite para atender aos serviços da medida socioeducativa (CREAS) Centro de Referência Especializado de Assistência Social, a cargo da Secretaria de Ação Social e Cidadania.

Especificação Das Oficinas	N° Participantes	Quantidade de horas aulas	Valor
ITEM 01 – OFICINA DE FOTOGRAFIA	15	30	R\$ 9.100,00
ITEM 02 – OFICINA DE GRAFITE	15	24	R\$ 9.500,00

Parágrafo Único: A gestão do Contrato será realizada pela funcionária **Regiane Lombardi Domingues**, Coordenadora técnica CREAS, portadora do RG 27.956.342-5 e CPF 141.719.078-70 da Secretaria de Ação Social e Cidadania.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência da presente contratação se dará pelo período de 07 (sete) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado no interesse da Administração, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. A Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais)** sendo que pagamento será feito mediante depósito bancário através do Banco do Brasil, Agência: 3344-8, Conta Corrente: 95.911-1 e CNPJ03.709.814/0001-9, correspondente aos serviços prestados efetuar-se-á em até 30 (trinta) dias, a partir da data de atestamento da Nota Fiscal/Fatura pela Gestora da Secretaria de Ação Social e Cidadania, obedecendo-se a ordem cronológica de pagamentos.

3.2. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

3.3. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Processo Administrativo nº 5459/2019, e Contrato Administrativo. 131/2019.

3.4. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

3.5. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à contratada ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A verba para pagamento do objeto do presente contrato, está de acordo com a dotação orçamentária vigente de nº: 02.11.02.339039.08.243.0006.2.641.02.500010 (ficha 293) – Recurso Estadual, da Secretaria de Ação Social e Cidadania e será de responsabilidade da Município de Salto.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES

5.1. Aplicam-se, no que couber, às contratações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93.

5.2. A Contratada que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato ficará sujeita às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.3. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93.

5.4. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a. Advertência;
- b. Multa de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02(dois) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

5.5. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

5.6. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

5.7. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA SEXTA – DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Serão solicitados os serviços de acordo com a demanda do local, através do Órgão Gestor da Secretaria de Ação Social e Cidadania.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

7.1. Fiscalizar a qualidade dos serviços;

7.2. Informar com 01 (um) dia de antecedência a possível modificação de datas;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. Prestar os serviços descritos no contrato, em conformidade com as condições nele estabelecidas;

8.2. Zelar pela qualidade dos serviços;

8.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Secretaria.

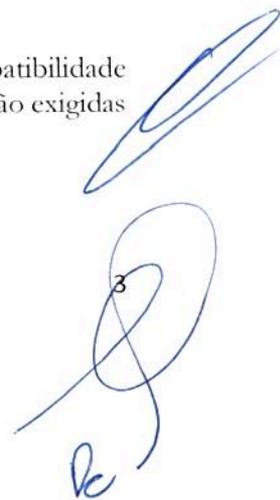
CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A contratada deverá executar o fornecimento de acordo com as condições estabelecidas no contrato.

9.2. A Contratada deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes ao fornecimento executado por seus empregados.

9.3. As despesas com deslocamento de transporte, refeição, taxa administrativa e impostos ficarão a cargo da contratada, assim como despesas diretas e indiretas com pessoal e todos e quaisquer encargos trabalhistas, tributários, previdenciários e securitários, não recaindo ao Município de Salto nenhum ônus suplementar do valor proposto, ficando ainda a empresa contratada à obrigatoriedade por apresentar o recolhimento dos encargos trabalhistas, assim que for solicitado.

9.4. A Contratada obriga-se a manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação.



9.5. A Contratada obriga-se a reparar, corrigir, refazer ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios defeitos ou incorreções resultantes da má execução do material e serviços.

9.6. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano a que der causa por conta do objeto contratado, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados à Contratante ou a outrem.

9.7. São vedadas as sub-contratações do contrato a terceiros no todo ou em parte, exceto com anuência expressa e por escrito do Município de Salto, e atendidas por parte do sub-contratado todas as exigências de idoneidade sob todos os aspectos previstos no processo administrativo.

9.8. A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa, prevista nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

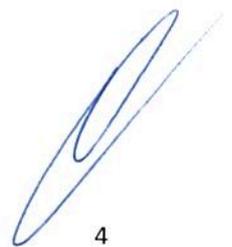
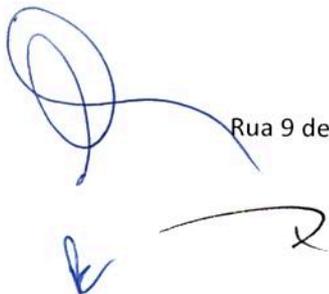
9.9. Constituem motivos para rescisão deste contrato, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.

9.10. A Contratada, neste ato, declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como das obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8666/93 e suas atualizações, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 08/2018.

9.11. A fiscalização da Secretaria de Ação Social e Cidadania poderá embargar o prosseguimento de qualquer serviço e ainda suspender os pagamentos se o mesmo estiver em desacordo com as obrigações assumidas e especificações previstas pela Contratante.

9.12. A qualquer tempo a Contratante poderá solicitar e a Contratada deverá cumprir a comprovação do contrato de trabalho, a regularidade com o FGTS e com a Previdência Social de seus empregados ligados ao objeto deste contrato. Mesmo sem conferência da Contratante, a responsabilidade é única e exclusiva da Contratada para com seus funcionários e os encargos sociais devidos. Caso a Contratante seja condenada a pagar qualquer verba trabalhista, previdenciária ou encargos sociais, este contrato, acompanhado da sentença transitada em julgado, valerá como título executivo extrajudicial. O mesmo se aplica caso haja qualquer ação de natureza cível, promovida por funcionário ou por pessoa prejudicada com a execução deste contrato.

9.13. Caso ocorra o descumprimento do pagamento das obrigações previdenciárias e fundiárias, a Contratante se reserva o direito de reter referida verba, fazer o recolhimento devido e descontar na fatura, nos termos do decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999 e suas atualizações.



CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos do presente contrato, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Estância Turística de Salto/SP, 19 de JULHO de 2019.

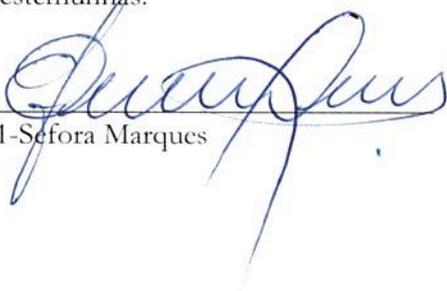


José Carlos Grigoletto
Secretário de Ação Social e Cidadania
Contratante



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Senac
Contratada

Testemunhas:



01- Sefora Marques



02- Renato Canzano



**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SALTO

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
SENAC

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):131/2019

OBJETO: OFICINA DE FOTOGRAFIA E GRAFITE PARA ATENDER AOS
SERVIÇOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA (CREAS) CENTRO DE REFERÊNCIA
ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Salto/SP, 19 de JULHO de 2019.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: José Geraldo Garcia

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 032.586.138-26

RG: 12.424.665-5

Data de Nascimento: 07/01/1962

Endereço residencial completo: Alameda Lipisano, nº 515, Haras Paineiras, Salto/SP, CEP 13324-312

E-mail institucional: gabineteprefeito@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: josegeraldogarciasalto@gmail.com

Telefone (s): (11) 99293-7349

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: José Carlos Grigoletto

Cargo: Secretário Da Educação

CPF: 003.010.408-42 - RG: 11.069.180-5 – SSP/SP.

Data de Nascimento: 31/08/1960.

Endereço residencial completo: RUA SUIÇA, 267 – JD. CELANI I – CEP. 13326-140 NA
Cidade de Salto/SP

E-mail institucional: josegrigoletto@salto.sp.gov.br

E-mail pessoal: grigoletto@terra.com.br

Telefone (s): (11) 4602-8699 CEL. (11) 98980-8361

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: João Alexandre Moreira Martinez

Cargo: Gerente

CPF: 128.018.388-88 RG: 19.855.269-5

Data de Nascimento: 03/03/1971

Endereço residencial completo: Rua Nova Jerusalém, 281 apartamentos 82 – Tatuapé – São
Paulo – SP CEP: 03410-000.

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): (11) 2892-4740 cel. (11) 97425-0616 com. (11) 2811-8801

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

[Handwritten mark]

